

O ABOLICIONISMO EM PERSPECTIVA CONTINENTAL

Blackburn, Robin. *A queda do escravismo colonial, 1776-1848*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro, Record, 2002. 599p.

Os temas da escravidão e da emancipação dos escravos figuram entre os mais estudados pela historiografia nos últimos trinta anos, e sob diversas perspectivas. A bibliografia é enorme e não pára de crescer, sobretudo aquela escrita em inglês. Há cerca de quinze anos, quando acontecia no Brasil a controvertida comemoração dos cem anos de abolição, o historiador Robin Blackburn publicou o livro agora traduzido. Nele, ao sintetizar uma boa parte da bibliografia sobre o processo de abolição da escravatura nas Américas, ele oferece uma narrativa inteligente de um fenômeno complexo, na boa tradição da historiografia marxista inglesa.

Blackburn trafega entre grandes intelectuais e abolicionistas, governo e sociedade, colônia e metrópole, escravo e senhor; investiga os interesses materiais e seus vínculos com o debate ideológico; propõe análises sofisticadas da ação política enquanto

expressão dos embates de classe e da diplomacia entre as grandes e pequenas potências escravistas da época. A geografia coberta não é pequena, dedicando-se individualmente a cada uma das mais importantes regiões escravistas das Américas e suas respectivas metrópoles. Blackburn promete para um outro trabalho a análise de três dos mais vigorosos sistemas escravistas do hemisfério — o Sul dos Estados Unidos, Cuba e Brasil —, que só libertaram seus escravos ao longo da segunda metade do século XIX. Mas Brasil e Cuba ganham um capítulo da obra, tratados como casos que escaparam à primeira grande onda abolicionista discutida pelo autor. Dessa onda fez parte a abolição do tráfico de escravos, combatido globalmente pela Inglaterra deste o início do Oitocentos, que trouxe importantes conseqüências para aquelas duas regiões. A abolição do tráfico é um dos assuntos relevantes do livro.

Blackburn cobre o período que vai da revolução americana da independência, momento em que algumas das colônias do norte adotaram tímida legislação emancipacionista, até a revolução de 1848 na Europa, ano em que a França aboliu a escravidão em suas colônias caribenhas. Esse o período que se convencionou chamar de Era das Revoluções, quando o mundo atlântico foi sacudido por polêmicas ideológicas, debates políticos, lutas de classes, movimentos de descolonização e outros conflitos armados que tiveram como foco a conquista de liberdades políticas e civis, liberdades individuais e de povos inteiros, num Ocidente dominado por estruturas sociais e de poder aristocráticas e que se encontrava atolado no tráfico e na escravidão de milhões de africanos e seus descendentes. Os aspectos políticos e ideológicos da escravidão, principalmente no meio anglo-saxão, já foi discutido por diversos autores, entre eles David Brion Davis em obra exaustiva e clássica, *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823* (Ithaca & Londres, Cornell University Press, 1975). Blackburn percorrerá muito do terreno coberto por Davis, mas além de ampliar o escopo geográfico, sua abordagem é mais integrada por elementos da história social e econômica. É uma discussão mais abrangente.

Nesse período de retórica concentrada em torno do tema da liberdade, a escravidão, como escreveu Davis, se tornaria um problema moral. Todos os grandes movimentos reformistas e revolucionários nas colônias ou nas metrópoles se viram obrigados a discuti-la, por insistência de abolicionistas impertinentes, religiosos tementes a Deus e escravos impacientes. Todos de alguma forma apontavam a hipocrisia dos belos discursos libertários recitados por patriotas, revolucionários e reformistas, os quais, ao mesmo tempo em que discursavam, não hesitavam em ter suas senzalas bem abastecidas de escravos e severamente disciplinadas por feitores. Inclusive gente muito grande, como Thomas Jefferson e George Washington. Esta seria talvez a grande contradição moral da época, resolvida por muitos através da divulgação dos primeiros escritos mais sistemáticos em defesa da tese de que os negros pertenciam a uma outra espécie de humanidade, quando não eram simplesmente excluídos do gênero humano, daí justificar-se que fossem mantidos sob cativeiro.

A tarefa de Blackburn não é fácil, porque não é fácil controlar a bibliografia a respeito de tema tão vasto, escrita em diversas línguas, cobrindo tantas regiões. Daí que seu livro tem altos e baixos. É muito detalhado, por exemplo, quanto ao abolicionismo inglês, um tema cuja litera-

tura já era enorme na década de 1980, e não parou de crescer desde então. A trajetória desse abolicionismo é explicada, em quase cada lance e personagem, desde os anos de 1770 até 1838, quando terminou antes da hora prevista, por pressão dos libertos, o regime de “aprendizado” estabelecido para eles no Caribe britânico por uma lei emancipacionista passada cinco anos antes. O abolicionismo europeu, sobretudo o inglês, em geral tratou o problema da escravidão como parte de reformas democráticas mais amplas da sociedade metropolitana. Apesar de decidir suas vitórias principalmente através de jogos de poder na cúpula de governo, o movimento também teve seu lado popular. Na Grã Bretanha as campanhas de rua mobilizaram trabalhadores, religiosos dissidentes do anglicanismo, marinheiros, mulheres e outros grupos em esforços memoráveis para a obtenção de milhares de assinaturas firmadas sobre petições enviadas aos parlamentares. Blackburn desce a detalhes dessas duas frentes da luta antiescravista, a parlamentar e a popular, inscrevendo-as de maneira compreensível e convincente na dinâmica da história social e política inglesa da época. Já em relação ao Brasil, a região que mais importou escravos da África, a discussão é sugestiva em muitos aspectos mas superficial na sua de-

monstração empírica, talvez porque baseada numa bibliografia rala. Por exemplo, as diversas e bem conhecidas memórias proto-abolicionistas das décadas de 1820 a 1840 não são examinadas, exceto a representação de José Bonifácio à Assembléia Constituinte de 1823. Nada sobre Maciel da Costa, Muniz Barreto, Frederico Burlamanque e outros. Aliás, no caso da América ibérica como um todo, o autor oferece uma visão para lá de panorâmica, embora útil, sobre as leis abolicionistas feitas — e às vezes desfeitas — no calor dos movimentos de descolonização e formação de estados nacionais. A explicação esboçada por Blackburn a respeito da pouca tinta gasta sobre a região — a menor importância da escravidão aqui, exceto Cuba e Brasil — não é muito convincente, e ele próprio desconfia dela. Afinal, afora Cuba com seus mais de duzentos mil escravos, havia cerca de trezentos mil escravos na América espanhola no início do século XIX.

Em termos da política do cotidiano foram os escravos que desde sempre atuaram na linha de frente da luta pela liberdade, e isso Blackburn admite, embora não aprofunde. As fortes relações entre a política escrava miúda e seu conteúdo cultural — inclusive o papel da religião africana — com os movimentos de maior porte podem ser verificadas na revolução do Haiti, como esclarece

Carolyn Fick em estudo inovador, *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below* (Knoxville, The University of Tennessee Press, 1990). Este livro ainda não estava disponível quando Blackburn escreveu o seu, que apenas tangencia o tema. Mesmo assim este autor proporciona uma discussão esclarecedora sobre o mais complexo e empolgante capítulo da libertação dos escravos nas Américas, a Revolução do Haiti, equilibrando sua narrativa entre o abolicionismo metropolitano no contexto da revolução francesa e o movimento escravo naquela que era a colônia europeia mais próspera do Caribe. Apesar de alguma hesitação, os rebeldes – muitos deles ex-escravos, como o grande Toussaint Louverture — terminaram por destruir a escravidão na prática, entre 1791 e 1793, e forçar a Convenção Nacional da França revolucionária a aboli-la de direito, em 1794. Ao longo de dez anos os “jacobinos negros” enfrentaram e superaram divisões em seu próprio meio, combateram e venceram forças enviadas pela Inglaterra, Espanha e França, as grandes potências europeias da época. Após a derrota das forças napoleônicas, encarregadas de restabelecer a escravidão e a ordem colonial, eles proclamaram a independência da ilha de Saint Domingue em 1804, só então batizada como Haiti. A escravidão nas

Américas não seria a mesma depois disso. O chamado “haitianismo” – a idéia de que escravos pudessem destruir a escravidão e até tomar o poder — circulou pelo Atlântico negro durante muitas décadas, levando esperança aos escravos e temor aos senhores.

A narrativa de Blackburn vincula a resistência explícita e coletiva dos escravos às lutas abolicionistas nas colônias e, sobretudo, nas metrópoles. Argumenta que os líderes escravos souberam avaliar as conjunturas políticas em seu redor, explorando em benefício de suas causas os debates relacionados com as reformas da instituição escravista, além dos conflitos abertos e armados entre os homens livres. Durante a guerra da independência americana exploraram vantagens aliando-se ao lado que acesse com a liberdade mais convincentemente. No caso do Haiti, aproveitaram-se dos conflitos intensos entre republicanos e monarquistas, brancos e mulatos, *petits blancs* e *grands blancs*, e as diversas facções políticas no interior da França revolucionária. Nas colônias britânicas – Barbados, em 1816, Demerara, em 1823, e Jamaica, em 1831-32 — milhares de escravos participaram de insurreições cujos líderes os havia convencido de que notícias a respeito de discussões parlamentares e atos governamentais visando reformar aspectos mais cruentos da escravidão

eram na verdade decretos emancipacionistas emitidos pela metrópole e desobedecidos pelos senhores e governos coloniais.

Blackburn não resolve de maneira simplista qualquer debate historiográfico em torno do fim do tráfico e da escravidão. Um dos debates mais importantes e caros à tradicional interpretação marxista foi provocado por Eric Williams em *Capitalism and Slavery* — publicado em 1944 e reeditado muitas vezes — e diz respeito ao fim do regime nas colônias britânicas do Caribe. Segundo Williams “os capitalistas primeiro encorajaram a escravidão nas Índias Ocidentais e depois ajudaram a destruí-la”. Blackburn não dá uma rasteira em Williams, mas sobe sobre seus ombros para ver mais longe, demonstrando que os “capitalistas” não formavam um bloco unificado e que a abolição foi decidida num processo complexo de lutas políticas e de classe nas colônias e na metrópole.

A tradução do livro, embora em geral fluente, tem problemas às vezes curiosos, talvez por falta de uma revisão técnica mais cuidadosa com o vocabulário especializado. A certa altura (nota 17 do Capítulo XI),

“*drivers and skilled slaves*” foi traduzido, espantosamente, como “motoristas [!] e hábeis escravos”, onde deveria ser “feitores e escravos especializados (ou com ocupação especializada).” A palavra *maroon* (p. 32) foi mantida no original, quando poderia ter sido traduzida por *quilombola*, termo vigente na literatura brasileira sobre escravidão. Em diversas passagens que se referem à agricultura açucareira, melhor teria sido usar os termos *engenho* e *senhor de engenho* e não “*plantation*” (mantido no original) e “*dono de plantation*”. No próprio título a expressão do seu original, “*colonial slavery*”, ao ser traduzida por “*escravismo colonial*” remete a uma perspectiva específica de interpretação que não é a do autor, sendo por isso mais apropriado traduzi-la por “*escravidão colonial*”, como aliás aparece em vários momentos do texto.

Nenhum dos problemas apontados diminui a importância deste livro, pelo valor de suas análises sutis e em certos momentos brilhantes. Sua publicação, apesar de atrasada mais de dez anos, deve ainda ser aplaudida porque há pouca coisa escrita ou traduzida no Brasil sobre a escravidão de uma perspectiva continental.

João José Reis

Professor do Departamento de História da UFBA